



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Políticas Afirmativas

ATA extra/2022/CPAF

Aos 14 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala S-006, do campus Santo André, da Fundação Universidade Federal do ABC, reuniram-se para tratar da pauta: Resposta à Ação Judicial da Defensoria Pública. Estavam presentes: Claudia Regina Vieira, Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Políticas afirmativas; Lilian Santos Leite Menezes, presidentes da Comissão de Políticas Afirmativas, Rena de Paula Orofino Silva, Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Felipe Vasconcellos de Siqueira, Técnico Administrativo em Educação; Samira Correia de Andrade, discente de graduação; Carolina Müller Sasse, Comissão Especial de Pessoas Transgêneras (CEPT); Maira Andretta (ouvinte); Kaio Barbosa Laurentino (ouvinte). Ausentes: José Blanes Sala (CER), em férias; Roberta Kelly Amorim de França (NEAB), em férias; Muryatan Santana Barbosa, em outra atividade; Sônia Maria Malmonge (PROPE), em férias; Lidia Pancev Daniel Pereira (PROEC), em outra reunião; Maylda Rodrigues da Silva, removida da UFABC; Raimundo Nonato Braz Neres (discente de graduação); Alexandro dos Santos Souza (discente de graduação), em outro trabalho; Regimeire e Paulo Neves, ausências justificada dentro do prazo. Às 14h07, Claudia iniciou a reunião informando que está como pró-reitora há cerca de um mês e que convocou a reunião extraordinária para responder ao MP sobre a situação de estudante residindo próxima da UFABC e explicar porque ela não vai receber esse auxílio. O Edital diz que se o estudante residir no entorno, ele não faz jus ao auxílio moradia. No entanto, isso está baseado na Resolução ConsUni 2008. Nesta resolução define que há de se residir na Região da Grande São Paulo e Litoral, mas, sem prejuízo a quem resida nesses espaços. A Resolução pode dar margem a uma leitura dúbia e haverá apoio nisso. Cita-se que uma estudante está resolvendo a questão por si mesma e foi agressiva em uma aula online. Ela precisa de acolhimento e de cuidado. Sabe-se que enquanto pró-reitora Claudia pode deferir bolsa, porém não quer criar precedente, prefere passar pelas devidas instâncias, por querer que resposta seja acordada; Carol entende que há preferência por estudantes que moram mais distantes e o critério geográfico eliminou a discente, mas questões pessoais não tinham como ser compreendida pela equipe. Felipe é da Seção de Bolsas, mas está na reunião como representante técnico-administrativo. Outras pessoas envolvidas isentaram-se de votar nas reuniões, mas não há impedimento de colocarem suas opiniões. Compreende-se que é fundamental a CPAF ser um espaço político sobre as políticas afirmativas, pensar o caso e pensar na política geral. Um primeiro ponto é a limitação orçamentária e critérios para distribuição mais justa. Outro aspecto é a distância, cuja base é o tempo possível para deslocamento entre as aulas e local de origem considerando a quilometragem, 50m, mas o próprio Edital estipula exceções, visto que tem locais com menos disponibilidade de transporte público. Estudante tem origem em outro estado. Veio para a região, e perdeu o vínculo de origem. Geralmente, considera-se esse vínculo a partir da manutenção do contato com o núcleo familiar. O rompimento pode ser financeiro ou mais brusco. Nesses casos é considerado o endereço local. Maira (ouvinte) ressalta que estudante é de fora, perdeu vínculo, mas nem sempre rompimento com família é rompimento com território. Agora, em avaliação mais profunda e cuidado mais próximo. A ajuda a estudante pode contribuir para ela performar melhor em suas relações etc. Claudia comenta que se esqueceu de avisar que Rena pediu para avisar que

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP · CEP 09210-580
Bloco A · Torre 1 · Sala SS12 · Fone: (11) 3356.7573
corregedoria@ufabc.edu.br

chegaria um pouco atrasada. Seção de Bolsas enxerga estudante como vulnerável, com perfil I. Ela só não foi contemplada pelo critério. O estudante que é bolsista precisa entender distribuição de bolsas. Não se trata de incitar que não conseguiu e que tentando recurso pode conseguir. Nesse caso, é fazer a análise específica. Estudante chegou na sala da Claudia, pouco tempo depois de ela assumir e foi possível observar que precisa de apoio. Outra estudante comentou que acessou a universidade, mas em todas ocasiões que tentou auxílio, foi afastada. Claudia menciona as informações solicitadas no documento e que precisa responder em um parágrafo. Samira questiona o item de “residir sozinha”. Esse ponto precisa ser esclarecido, mas Samira é favorável ao deferimento e entende que é um detalhe dentre muitos que precisamos considerar. Claudia comenta ter duas alternativas, reavaliar e deferir ou indeferir de acordo com Edital. Felipe diz que na última frase ela alega que “condição...”. Um dos primeiros pontos do Edital é para auxiliar na manutenção, pode parecer besteira semântica, mas para entender a função dos auxílios, eles não conseguem garantir a permanência e demais direitos, ele auxilia e o valor paga o aluguel. Da onde vem dinheiro da bolsa; da onde vem; anualmente precisamos divulgar verba do PNAES, porque fulano recebeu e fulaninho não recebeu porque temos tal valor, o qual é trabalhado a partir de prioridades. Claudia entende que precisamos fazer mais trabalho formativo. Daremos resposta à Defensoria e diante desse posicionamento, nos reunimos na Comissão tal e resolvemos que reavaliaremos o caso e daremos resposta. Máira pontua que por morar sozinha não foi isso que excluiu e concorda com o que Felipe falou porque senão várias outras pessoas poderiam alegar o mesmo que ela, o complemento seria decisivo e abrir precedente no sentido de olhar para casos específicos, mas não de deferir diretamente. Lilian comenta sobre os editais. Claudia coloca que, talvez, nessas decisões mais difíceis acrescentar no Edital que fará entrevista. Felipe pontua que já tem. Claudia comenta que a perda de vínculo com família é complexa, precisa de outro olhar, existem rompimentos e rompimentos. Rena questiona sobre a resposta. Claudia explica que depende de resposta desse grupo, da CPAF, primeiro ponto é explicar porque ela não recebeu, é perfil I, porém não recebeu auxílio moradia devido ao critério de distância. Rena considera que se deferido, ela vai receber todas as bolsas. Precisamos avaliar quantas pessoas no Perfil I solicitaram auxílio moradia e não conseguiram. Reavaliar é desconsiderar o trabalho da equipe, dizer isso para DP é expor que equipe está organizada. Claudia explica os aspectos e comenta que recebeu bolsa na Unesp mesmo morando ao lado da Universidade sobre o critério de 50km, há de se rever o caso, ganhamos tempo para dar materialidade. Teremos de levantar quantas pessoas estão na mesma situação, qual a quantidade de bolsas etc. Felipe passou algumas informações. Publicamos duas chamadas de quatro previstas, o resultado final é só em setembro, só aí poderíamos dizer se tem verba ou não. Até lá, teoricamente tem verba e se cadastrar dia 25 de julho, só vai ser considerada como mês de agosto para receber em setembro. A grande questão não é lidar com exceções. Tem estudante que recebe auxílio moradia e mora com responsáveis. Precisamos pensar nesse caso específico. O documento só pede informações, não pede para revisar. Claudia comenta que precisamos de um tempo para análise, pressupõe saber da verba, chamadas etc. Kaio comentou. Rena afirma que não concorda que há consenso em deferir. Pontua que estudante está fazendo estardalhaço. Outros sabem que tem limite orçamentário, se resignam. Comenta que soube que ontem esta estudante xingou o professor, está em surto, precisa de ajuda, além de bolsa, a pessoa precisa de atendimento mais global. Claudia pontua que recebeu comunicado do e-mail a partir da Coordenação do Centro e Estudante precisa ser acolhida. Máira comentou que só responder as três questões, como parece que Felipe pontuou, é praticamente deixar abrir processo. Não existe fora. A estudante está aqui, precisamos acolher. Felipe pontua que o Edital é longo, a documentação é extensa para evitar fraudes. Não podemos fazer o que não está na lei. Cita a



capacidade operacional da equipe. Há vários resultados parciais para não ter que esperar avaliar todos primeiro, e a prioridade são os mais vulneráveis, perfil I, isso não inviabiliza atendimento humanizado. Não invalida pensar política caso não tenha sido prevista ou reavaliar, inclusive o próprio Edital, mas nesse caso entende que não é necessário rever edital porque o caso é omissivo. Claudia diz que é chamar estudante para conversa e explicar situação. Claudia comentou que estudante precisa de apoio diferenciado da Seção Psicossocial. Rena diz que encaminhamento ao CREAS responder as três questões, e acrescentar avaliar. Outra coisa diz respeito à ProAP que vai além deste espaço. Felipe concorda e sugere que CPAF recomenda a avaliação. Criar documento para construir a resposta e reenviar calendário das sessões ordinárias. Na próxima sessão, definimos um dia para conversar com estudante.



(Claudia Regina Vieira)

Presidente _____

(Lilian Santos Leite Menezes)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Políticas Afirmativas

ATA Nº V sessão/2022/CPAF

Aos 21 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala S-004, do campus Santo André, da Fundação Universidade Federal do ABC, reuniram-se para tratar da pauta: Elaboração de Resposta à Ação Judicial da Defensoria Pública. Estavam presentes Claudia Regina Vieira, Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Políticas afirmativas; Lilian Santos Leite Menezes, presidentes da Comissão de Políticas Afirmativas; Lidia Pancev Daniel Pereira, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC); Carla Regina de Oliveira, Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD); Rena de Paula Orofino Silva, Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Felipe Vasconcellos de Siqueira, Técnico-administrativo em Educação; Kaio Barbosa Laurentino, Assistente em administração. Ausentes: Sônia Maria Malmonge, em férias; Fernanda Ana da Silva, em licença maternidade; José Blanes Sala, em férias; Roberta Guimarães Peres, em férias; Regimeire Oliveira Maciel, com imprevisto; Ana Ligia Scott e José Artur Quilici Gonzalez. Às 14h17, iniciou-se a reunião e Claudia contextualizou com a gravação pelo celular que a estudante já conversou exclusivamente com ela. Lídia não entende bem questão da quilometragem e coloca dúvida. Claudia explica que não há comprovante domiciliar primário e que se estudante apresentasse o documento da família, provavelmente teria recebido a bolsa, porém ela se declara independente. Felipe pede desculpas pelo atraso. Comenta que é representante técnico-administrativo e atua na Seção de Bolsas. Explica sobre quilometragem de 50 km que tem como base um estudo que foi feito para estudante se deslocar até o campus, considerando o horário, mas compreende que há exceções, muitas das quais constam no próprio Edital. Desconhece registro de algum caso em que houve ruptura, quebra de vínculo com núcleo familiar, e considerou-se o endereço de origem. No texto pede-se correção de duas palavras: “prestamos atendimento” para foi prestado; observamos, observou-se; não foi considerado. Sempre em terceira pessoa. Claudia comenta de advogado e considera pertinente chamá-lo para uma conversa. Outra sugestão é colocarmos um breve histórico das bolsas, verbas, quantidade de estudantes atendidos. Como relato, coloca que estudante em 2006 poderia receber R\$ 1200,00, não tinha muito critério para moradia porque tinha recurso, hoje é diferente, mais estudantes, menos verba do PNAES. Dr Jan da DP deve saber da situação. Claudia entende que flexibilizar o critério é sair da isonomia, algo equânime, não se trata propriamente de justiça porque seria distribuir pra todo mundo. Colocamos em xeque nosso próprio critério. Kaio comenta de não abrir exceção. Rena propõe no texto do segundo parágrafo corrigir: domicílio familiar declarado, tirar o de origem e para considerarmos domicílio familiar de origem, precisamos considerar documentação de todo núcleo familiar, não só endereço. Considera que a carta está bem na linha do que foi conversado na reunião anterior. Felipe concorda com Kaio e Rena em ter uma resposta mais objetiva. Por ser do setor, Felipe não tem tanta isonomia, mas opina de não pessoalizar o caso, pensar em termos de política, o que foi um certo consenso na reunião passada, inclusive se for o caso atualizar o próximo edital. Felipe entende que não cabe reinscrição e a CPAF pode recomendar nova avaliação, sem necessidade de nova avaliação, nova avaliação impacta tudo, inclusive nas modalidades que ela ainda recebe. Felipe situa sobre períodos das novas chamadas. Um Edital com quatro chamadas. Quando a situação muda, o estudante comunica, não precisa de nova inscrição, o recurso é só no final, a parcial serve para

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP · CEP 09210-580

Bloco A · Torre 1 · Sala SS12 · Fone: (11) 3356.7573

corregedoria@ufabc.edu.br

atender estudantes mais vulneráveis. Carla exemplifica estudante que tenta ingressar na universidade com cota de renda, mas não consegue porque brigou com o pai e ele não fornece o documento. Claudia coloca em posição personificada e vê pessoas sendo mandadas embora por dificuldade de ler o edital. Na Resolução ConsUni consta sem prejuízo para os moradores dessa região e prioridade para quem mora longe. Para o Novo Edital, talvez rever o critério de 50km. Lídia tenta esclarecer para procurar jurisprudência sobre vínculo territorial e fazer levantamento de quantas pessoas estão em situação parecida com o caso. Muitos estudantes nem se inscrevem porque está fora do critério. Carla, Claudia e Lilian compreendem que o Edital precisa ser revisto. Em resposta, poderá fazer ajustes e nova avaliação, mas não está se comprometendo com nada. Claudia aponta muitos fora, inclusive de pleitear e Rena pergunta ano de ingresso da estudante. Felipe informa que é 2015 e o levantamento sobre os auxílios que ela recebeu desde 2015, em particular o auxílio moradia. Lilian pontua, que em algum momento, ela usou domicílio do MA, Seria possível reutilizar? Felipe consegue ver no sistema em 5 min, mas prontuário físico é só Assistente Social e Claudia dá encaminhamentos para Carla verificar, Rena acrescentar “desde 2015, seu ano de ingresso na UFABC” e Lilian coloca de a informação não estaremos depor contra nós? Rena entende que não e coloca histórico, se ela pleiteou, recebeu etc, porque pode significar que ela conhece o processo. Acionando antes do recurso. Kaio MA não é decisivo. O importante é 50 km. Felipe diz que edital define 50 km, mas ele tem exceções, inclusive questões comparecimento em segurança e necessidade de existência. Ela recebe quase 2 mil reais de auxílios, tem gente que consegue sobreviver com menos, ela provavelmente tem outros problemas que podem estar impactando. É preciso entender os outros problemas. Rena diz que o recurso é só lá na frente e pessoas têm necessidades emergenciais, o Edital tem problema, precisa ajustar no próximo. Lilian coloca que o caso serve para revermos 50 km e vulnerabilidade, ou por necessidade, o que é mais importante? Felipe coloca que Resolução está acima do Edital e no caso dela não está. Até o momento, neste edital, somente cinco pessoas foram indeferidas por estarem 50 km, mas se não tiver esse critério, todo mundo vai solicitar. Pode haver classificação por maior vulnerabilidade, como ocorre com o auxílio permanência, mas a correção só é possível no próximo Edital. Foram dados os encaminhamentos: uso da terceira pessoa; domicílio familiar declarado; acrescentar “desde 2015, o ano de ingresso na UFABC, tirar MA, estabelecer prazo para avaliação do caso, procurar jurisprudência sobre vínculo territorial, fazer levantamento de quantas pessoas estão em situação parecida com o caso, fazer levantamento sobre os auxílios que recebidos desde 2015, em particular o auxílio moradia. Após reunião, Kaio ajustou o texto e enviou para Claudia e Lilian.



(Claudia Regina Vieira)

Presidente _____

Lilian Santos Leite Menezes





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Políticas Afirmativas

ATA Nº VI/2022/CPAF

Aos 18 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala S-006, do campus Santo André, da Fundação Universidade Federal do ABC, reuniram-se para tratar da pauta: I. Informe da Comissão Especial para Pessoas Transgêneras, Transexuais e Travestis (CEPT); II. Discussão sobre o Comitê Intersetorial de Articulação e Monitoramento do Plano Suplementar de Inclusão e Permanência Estudantil (CIAM-PSIPE), instituído pela Portaria ProAP nº 917, de 2020; III. Período de recurso do Edital 02/2022. Estavam presentes: Claudia Regina Vieira, Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Políticas afirmativas; Lilian Santos Leite Menezes, presidentes da Comissão de Políticas Afirmativas, Cibele Biondo, Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Roberta Kelly Amorim de França, Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB); Anastasia Guidi Itokazu, Comissão Especial para Pessoas Transgêneras (CEPT); José Blanes Sala, Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM); Maira Andretta; Kaio Barbora Laurentino, assistente em administração. Claudia iniciou, às 14h10, e citou a pauta com acréscimo do informe da PROAP das composições da comissão para regularizar. Felipe não compareceu e não foi falado do item de recursos. Sobre o Comitê, Maira explicou e Claudia comentou que precisa ter pelo menos GT porque no terceiro quadrimestre, com amplo retorno presencial, precisará mais de ter um grupo que faça levantamento e tratamento de dados para entender quem são as pessoas, os tipos de vulnerabilidade mais recorrentes. Também comentou de articulação e possível parceria com Prefeitura Municipal de Santo André. Roberta fala de olhar de forma mais humanizada todos os alunos ou alunos de políticas afirmativas, pensar em critérios de corte como diretriz, porque as equipes estão com sobrecarga de trabalho e pensar nos coletivos (Vozes, Prisma). Roberta comenta que eventos chamados pelo Vozes tem mais adesão do que eventos da UFABC. Roberta fala que pode levar a proposta à Biblioteca, a qual também pode apoiar, organizando eventos etc. Sobre os Dados da ProPladi e ProGrad, Repositório de Dados Institucionais, Observatórios criados no ConsUni parece que não saíram do papel e coloca de aproveitar estruturas para não criar coisas que é mais difícil tirar do papel, o DEAT recebe muitas informações e Roberta entende que trabalho é muito próximo da Seção Psicossocial. Claudia comenta que gosta da ideia de articular com coletivo, citando que ontem teve reunião com DCE. A ProAP trata de estudantes de políticas afirmativas e o DEAT, dos demais estudantes, é pensar em rede. Roberta comenta que a instituição entende a ProAP como algo que cabe tudo, e não, senão não é política. Claudia comenta que ProAP é muito mais prestação de informação, orientação, do que prestação de serviços e conta com CPAF nessa ajuda de delimitar o que de fato é da ProAP. Na CEPT, as portarias eram da Reitoria, mas a Resolução do ConsUni fala que é da ProAP, precisa de Regimento, sem isso, não dá para fazer encaminhamentos, atribuições e etc, são 4 pessoas. Anastasia comenta que Rena a convidou para entrar na CEPT e ela está na ADUFABC. Inicialmente não quis, mas depois aceitou, pois gostaria de desenvolver ações educativas. Ela entrou para CEPT, mas ainda não formalmente. Quem faz a indicação é CPAF. Maira pontua que a CEPT foi criada por causa da cota trans, mais ou menos com o que ocorre com Comissão de Heteroidentificação, e a de Deficiência, cria e dissolve. A CEPT é como CAFRU, meio independente, não é presidida pela Pró-Reitora. Kaio elenca a respeito da CEPT, regimento, reuniões, atribuições (matrícula, ações educativas...),

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP · CEP 09210-580

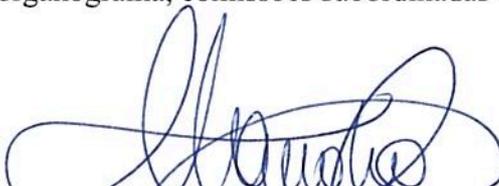
Bloco A · Torre 1 · Sala SS12 · Fone: (11) 3356.7573

corregedoria@ufabc.edu.br

composição arbitrária, problemas burocráticos e também sobre a CPAF, novo regimento, mas composição anterior. Anastasia comenta que perguntou justamente por causa do caso recente. Claudia comenta que falaram que enviaram e-mail pra ProAP. Ela procurou e não recebeu. Na realidade, enviaram para CEPT que não é ProAP. Blanes comenta dos refugiados. Pela Resolução ConsUni, a CEPT tinha função provisória, porém se tornou algo maior, faz vários movimentos, mas, institucionalmente, onde está ancorado, depois de passar pela CPAF levar para ConsUni para coisas se estabilizarem. Maira comenta que houve discussão sobre necessidade de ter uma comissão específica para pessoas trans, ou ter só ingresso geral. Roberta considera que precisamos fazer uma discussão antes da proposta elaborada. Blanes referenda de tirar pelo menos parâmetros. Claudia comenta que elas já estão se articulando e que precisamos entender e oficializar. Hoje, a CEPT não tem representação estudantil e dependendo das atribuições terá. Claudia referenda o comentário da Maria de que CEPT, no ingresso, indicará pessoas que farão avaliação. Roberta pergunta se no próximo encontro será discutido o Regimento. Claudia fala que é processo, o começo da discussão. Roberta pergunta se CPAF e COPA estão na Estrutura Organizacional da ProAP. Claudia disse que sim. Blanes pergunta se ideia é CEPT ser como CoPA. Claudia fala que é ser mais próxima da CAFRU e explica que própria CoPA deve ser discutida e revisada, até para entender os propósitos, porque não tem sugestões de pauta, pois PcD, Pessoas Trans estão dentro de políticas afirmativas. As comissões foram criadas por necessidade. São várias comissões e as mesmas pessoas nelas, o GTs muitas vezes resolve. Houve praticamente consenso a respeito. A CIAM-PSIPPE precisa pensar em parceiros. Maira reforça ideia da Roberta de pedir documentos finais dos grupos que ficaram de fazer levantamento dos QS. Roberta pontua sobre o não pagamento dos terceirizados e a corresponsabilidade da instituição, considera que seria positivo escrevermos, como CPAF para a Reitoria. Claudia esclarece que a ProAP cuida dos contratos da Portaria, Vigilância e RU. Na Segurança, a empresa não estava realizando pagamento da equipe de Portaria. A UFABC está fazendo o pagamento, mas tem um trâmite, a empresa precisa enviar os dados a pagar para UFABC e a UFABC envia e-mail perguntando se pagamento será feito, eles dizem que não, então a UFABC envia a notificação e solicita os holerites com os valores, não podemos fazer estimativa e substituir o RH da empresa. Quando tudo isso vem, a equipe de Segurança confere. Todo mês tem divergência e devolvemos para correção. Quando volta correto, fazemos Ofício que vai para CGFC dizendo que verba está sendo paga com dinheiro que seria para empresa, CGFC aprova e envia pra ProAP. É feito um documento para ambos assinarem. A ProAP envia para banco. Todo mês tem funcionário novo, em alguns casos tem reposição, em outros não. Em 2 meses e meio, a Claudia já fez 3 reuniões com representante da empresa. Ele quer uma quarta, mas na terceira reunião já foi orientado o encaminhamento. Pagamos Salário e cesta básica, VR e VT não estávamos pagando porque empresa estava pagando, a única coisa. Esse mês o Representante da empresa disse que 10% da empresa não receberam VT, coincidentemente todos da UFABC não receberam. A Empresa não fez depósito FGTS. A empresa da Vigilância mudará, já está mais avançado, será rescindido o contrato e há conta específica para esse fim, mas precisamos de autorização da empresa para fazer a movimentação. É o quinto mês que a UFABC está pagando, mas tem trâmites que não podemos deixar de fazer. Não temos gestão do dinheiro, é ProAD. Roberta coloca que os contratos saíram da PU e foram para ProAP e a UFABC quer se vender como inclusiva em cima da ProAP, somente um setor. Claudia percebe o trabalho bem árduo e cita que na consolidação do contrato do RU, a empresa deixou muita coisa pra ser feita. A esperança é a nova empresa contratar os atuais funcionários. Os trabalhos da ProAP são personalizados. Na Segurança quem fazia era o Valdenor. O encaminhamento foi de Trabalho de formação e informação. Alguns membros pontuaram sobre pouca participação na



sessão e precisa ver se é porque está sendo presencial, poderá ser híbrida, talvez ajude. Precisa fazer uma consulta. Elaborar organograma, comissões subordinadas e autônomas.



(Claudia Regina Vieira)

Presidente

(Lilian Santos Leite Menezes)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Políticas Afirmativas

ATA Nº 0x/extra/2022/CPAF

Aos 20 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala S-006, do campus Santo André, da Fundação Universidade Federal do ABC, reuniram-se para tratar da pauta: Regularização das comissões, Informe dos novos contratos, Editais de auxílio moradia Ad. Referendum, Edital Lis, Eventos DH, Acolhimento de estudantes estrangeiros. Estavam presentes: Claudia Regina Vieira, Pró-reitora da Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, Lilian Santos Leite Menezes, Lidia Pancev Daniel Pereira, Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC); Rena de Paula Orofino Silva, Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Felipe Vasconcellos de Siqueira, Técnico-Administrativo em Educação; Erica Terceiro Cardoso Dalanesi, Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA); Roberta Kelly Amorim de França, Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB); Kaio Barbosa Laurentino, Assistente em administração. Kaio deu o informe sobre a Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA), Sobre a Comissão de Apoio ao Funcionamento dos Restaurantes Universitários (CAFRU), que é consultivas. Informou-se que a CEPT tem deliberação, mas a CPAf precisa cancelar, teme que se pensar em fluxograma de distribuição das pautas em caso de não haver quórum. Levantar histórico das motivações de criação. Lidia comenta da dificuldade. Érica comenta que quando as sessões eram conjuntas, funcionava, mas no contexto de retorno para presencial e desmobilização etc. A CoPa é tida como uma conquista das pessoas que precisam de apoio e universidade está em expansão. Clarissa fala de fazer reunião online ou híbrida e do Teletrabalho. Kaio informa que foi feita consulta, mas ninguém respondeu. Roberta respalda sugestão da Rena de nova regulamentação do ConsUni, e comenta que a falta de participação é anterior a pandemia e considera que é um trauma pós-pandemia e dá encaminhamento para analisar e pensar em minuta para próxima reunião. Roberta confirma que CAFRU tem um regimento bastante democrático. Não têm presidência pré-estabelecida. Ela é escolhida na primeira sessão e tem muitas pessoas. Foi informado que a Erica foi nomeada pró-tempore pra tentar padronizar vigência dos mandatos. Foram feitas considerações sobre as discussões do formato de eleição. Na pauta dos novos contratos foi informado que novas empresas assumiram e muitos trabalhadores foram aproveitados, alguns demitidos acabaram voltando e estamos em batalha com empresa anterior com relação as rescisões e os problemas da terceirização. Roberta fala que devemos levar para ConsUni e lembra que foi contra a Segurança vir para ProAP. Acredita que tem outros setores com expertise que não assumem esse trabalho e ficamos sobrecarregados. A ideia de que ProAP é única, sensível, humanizada etc. Ela quis reforçar para deixar registrado. Lidia tende a concordar com Roberta, mas entende que devemos fazer um documento bem embasado, levantar prós e contras. Um documento robusto, bem embasado para levar para ConsUni. Clarissa fala de incluir alguém da Segurança até para ter respaldo de algum tipo de encaminhamento. Rena concorda em documentar, se for consenso nosso, e em convidar a Seção Segurança e incluir como argumento que temos capacidade de formar pessoas para fazer e não precisamos sair fazendo tudo. Formar pessoas para respeitarem a diversidade. Lilian fala que é princípio da gestão o processo de formação, a universidade tem que ser inclusiva, humana. Ela identificou problemas de saúde mental e estão desenvolvendo ações. Tudo vai para ProAP. ProAP faz até matrícula. Roberta quer conversar com pessoas e levantar documento disso para

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP · CEP 09210-580
Bloco A · Torre 1 · Sala SS12 · Fone: (11) 3356.7573
corregedoria@ufabc.edu.br

valorar o trabalho da ProAP, sem comparar. Evidenciar boas práticas, sendo que não pode ser justificativa de que ProAP tem que fazer. Erica fala que não devemos falar em déficit de servidores, pois é a realidade de todos os setores, é questão de direcionamento, de princípio e como estamos no campo de informe, nem há como encaminhar. As pessoas não sabem o que ProAP faz e a necessidade de robustez também vem da mudança ter sido recente, requer uma campanha de formação e formação não é só curso, é cotidiano, postura, atitudes, valores. Considera que a Gestão tem um bom diálogo com PU. A Segurança interage muito mais com PU do que com ProAP sobre questões que envolvem estrutura física. Se houver concordância da PU, o documento para o ConsUni fica mais encaminhado. A ProAP, basicamente faz o acolhimento. Lilian aproveitou para fazer informe sobre situação de assaltos e a Reunião com o Comando da PM, PC. Hoje, teve notícias de que PM prendeu o assaltante em flagrante roubando um morador da região. Na pauta dos Editais de Auxílio Monitoria. Ad referendum, foi informado que eles estavam pra vencer e sem monitores. O edital não tinha vigência, mas estava datado, então foi feito um edital emergencial para dar conta momentaneamente. O resultado será publicado amanhã com 25 aprovados para 25 vagas. Rena informa sobre o Edital LIs, só para quem ingressou nas LIs em 2022, a verba pode ser usada até 2024, salvo engano. Dá para oferecer bolsas de pesquisa e outras, há possibilidade de fazer parceria. Claudia comenta sobre aumentar valor das bolsas. Na pauta dos Eventos DH, Clarissa informa que de 07 a 11 de novembro ocorre a Semana de DH. A partir da semana que vem, estará no site da ProAP. Sobre o Pacto Universitário de DH em SP, UFABC e Unifesp e o acolhimento de estudantes estrangeiros. Roberta relata sobre o RU e comenta que já viu chamamento da ARI para acolhimento desses discentes e etc. Sugere entrar como pauta para fazer mapeamento e talvez criar GT. Claudia acha bastante importante, sabe-se de números, mas precisa qualificar. Quem pede, porque, quem não pede etc. e oferecer, mas também entender a política afirmativa de que não é só fornecer a bolsa e evidenciar as boas práticas. A divisão de Bolsas e Psicossocial tem casos, mas não tem levantamento consolidado. Cita que Cátedra, ProGrad, ProPG devem ter dados e precisa-se articular. Rena explica que Cátedra já tem essa função, foi criada para isso, é um Órgão independente, mas que se relaciona muito com ProAP, inclusive no Organograma antigo estava como Comissão consultiva junto com CAFRU. Precisamos acioná-los, ter mais aproximação, mas não assumir tarefa. Aponta que quando virar pauta poderá chamar alguém da Cátedra e sugere pautar na próxima e consultar Blanes. Pauta: Rena. Moção de preocupação.

ConsePE. Comissão de vagas, acessória ao ConsePE. Chapa rep CCNH. Não cumprimento da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos. Acionaram o NEAB. Houve diálogo entre NEAB e Reitoria. Se universidade quisesse cumprir legislação, cumpriria. Ainda não definiram onde discutir, mas talvez venham para cá para, a partir de 3 vagas, ter 20%. A maioria dos concursos, tem 1 vaga, ad referendum. Como mudar a regulamentação interna para ter reserva? O NEAB não conseguiu articular. A Comissão de vagas também não, sugere convidar NEAB, Vozes. Kaio comenta que teve Edital 4x4; A legislação coloca 20% no processo seletivo não no quadro. Rena fala de legislação de população negra regional, Reserva para docentes, graduação e pós-graduação. Kaio acrescenta que no Edital 4x4, teve discussão nas plenárias, e na Filosofia foi negado ter reserva. Rena pode trazer para próxima sessão estudo de legislação e quadro docente. Clarissa fala que uma possibilidade seria determinar que concursos tem que ter pelo menos 3 vagas. Rena considera o caminho mais difícil. Os cursos teriam que fazer concessão, abrir concurso daqui um ano, enquanto isso alguém daria aulas. Não ir pelo básico do mínimo e como vai ser difícil, melhor brigar por proposta boa. Claudia comenta que como pró-reitora tem dispensa de 100%, mas se não pegar disciplina, alunos ficam sem aula. Roberta sugere consultar SUGEPE sobre quanto custou concursos anteriores. Na ordem do dia: CEPT.

Mandatos conjuntos. ProGrad/ProPG. NTI/NETEL. Ideia de não inchar. Nome social. NTI, NETEL e pró-reitorias. Erica sugere colocar duas pessoas, uma titular e uma suplente. Informa que a partir do IV inciso a numeração está errada precisa corrigir. A grafia de Transexuais, com um ou dois s, existem as duas grafias. No Coletivo Prisma ou que o substitua a pessoa ser da área não significa ter poder administrativo para aplicar mudança, mas ajuda na parte consultiva sobre a viabilidade. Clarissa considera melhor ter consulta do que prevê existência. Sobre o Art 5º, a ProGrad, ProPG, NTI, NETEL serão convidados a participar das sessões servidores se setores que forem necessários a fim de reduzir de 10 para 7 chapas sendo melhor manter ProGrad e ProPG, como mandatos indicados. No Prisma, recomenda mudar de pessoas servidoras para discentes. Questiona-se se da SUGPE não precisa ter, só Erica se abstém. O Regimento fala que ProAP organizará eleições, levanta-se que a Eleição eletrônica pode deixar mandato vazio e que é melhor mandato vazio do que indicação. Hoje há pessoas sensíveis, mas pode não ser, mas dá para questionar. Claudia fala em ter terceirizado e a dificuldade porque a funcionária é de empresa específica. Rena vai levar discussão para CEPT, mas traz em outro momento. No mês que vem será retomado.



(Claudia Regina Vieira)

Presidente _____

(Lilian Santos Leite Menezes)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Políticas Afirmativas

ATA Nº IX/2022/CPAF e CoPA

Aos 25 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala S-006, do campus Santo André, da Fundação Universidade Federal do ABC. Estavam presentes: Claudia Regina Vieira, Pró-reitora da Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Vivili Maria Silva Gomes, Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Olavo Luppi Silva, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais (CECS); Victória Rossetto, discente de graduação; Kaio Barbosa Laurentino, assistente em administração. Claudia iniciou, às 14h17 com informe sobre a regularização das comissões. Uma reunião foi convocada na sexta porque do jogo do Brasil é na quinta, excepcionalmente. Rena teve imprevisto, não pode vir, portanto, o regimento e garantia de cotas para professores ficarão para próxima sessão. Felipe deu informe e foi para um evento na Unicamp. São 3h de viagem para ir e 3h para voltar de van. Nenhum espaço comportava o corpo dele porque os bancos são muito estreitos. Ele relatou para PU e na PU responderam relatando a frota. Disseram que, inclusive, o veículo disponibilizado é o mais adaptado, com lugar para cadeirante. Num último retorno informaram que estão verificando possibilidade de adaptar. Independente de obesidade, do peso ou altura, é importante ter padrão que comporte diferentes corpos. Claudia fala de fazermos essa discussão na CoPA, geralmente quando falamos de acessibilidade pensamos em aspectos arquitetônicos, rampa acessível etc, mas temos que pensar em outros aspectos também, como inclusão, conotação arquitetônica ou de tecnologia assistiva. Propõe ressignificar para não pensar somente em grupos específicos. Pensar em todos, no pertencimento. Olavo faz parte do Núcleo Docente Estruturado (DNE) e começaram a discutir no CECS possibilidades de criar disciplina de desenho universal e/ou cada curso verificar disciplinas que dialogam com esse tema de diretriz de inclusão nos cursos de engenharia e talvez discutir na próxima sessão. A ProAP recebe casos problemáticos, como se fossemos dar conta de incluir ou concertar pessoas, na verdade setor faz formação e informação, mas não conserto. As propostas são complementares: criar disciplina e aprofundar discussão em outras disciplinas. Os Projetos pedagógicos precisam ser reformulados até o ingresso de 2023. Vivili fala de transformar constrangimento em posicionamento e reivindicação. Relata a própria experiência quando estava com dificuldades de locomoção devido à cirurgia. Menciona o estacionamento, a falta de vagas para idosos e a distância. Ela reclamou insistentemente até que criaram novas vagas para idosos. Comenta de possibilidade de acesso direto ao elevador da Torre 3. Olavo fala que indicaram necessidade de acesso ao Bloco B, de criar uma passagem da Torre 3 para o Bloco B. Victoria relata que fez parte do GT de acessibilidades nos campi. Explica que as vagas PcD estão ao lado da rampa por uma questão legal de distância mínima entre a vaga e o acesso ao prédio, no caso Bloco B sendo que a rampa foi criada para acesso de suprimentos. Lidia comenta que tinha escada de madeira e catraca, provavelmente era entrada provisória. Victoria fala que usa van e já passou por situações desagradáveis. Uma vez foi para SBC para dar aula e ficou 40 minutos para amarrarem a cadeira. Falta capacitação de profissionais. Outra vez, na volta, não amarraram cadeira direito e quase a cadeira virou, por sorte a pessoa segurou. Outra vez foi uma saída de campo em que ela foi no banco do próprio veículo sendo ela pequena e não foi considerado corpos dissidentes. É uma questão de constrangimento, saúde e segurança. Considera importante levar a pauta adiante com seriedade. Roberta comenta da acessibilidade

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP · CEP 09210-580

Bloco A · Torre 1 · Sala SS12 · Fone: (11) 3356.7573

corregedoria@ufabc.edu.br



(Claudia Regina Vieira)

Presidente

(Lilian Santos Leite Menezes)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Políticas Afirmativas

ATA Nº VI/2023/CPAF e CoPA

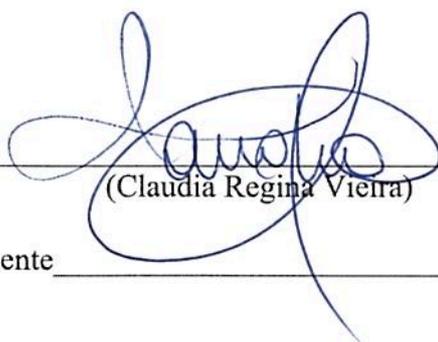
Aos 27 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 14 horas, do campus Santo André, da Fundação Universidade Federal do ABC. Reuniram-se: Claudia Regina Vieira e Lilian Santos Leite Menezes, Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Olavo Luppi Silva, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais (CECS); Victória Rosseto, Discente de graduação; Maira Andretta e Andressa Cristina Coutinho Barboza, Núcleo de Acessibilidade; Paulo Henrique de Sousa Pinheiro e Marcelo Pavão Takahashi, Diretório Central dos Estudantes; Kaio Barbosa Laurentino, assistente em administração. Justificaram a ausência: Vivili Maria Silva Gomes e Rodrigo Espirito Santo da Silva. Lilian iniciou a reunião às 14h17. Vitória comenta que é representante titular na CoPA, mas aparentemente foi publicado como suplente. Kaio esclarece que na sexta-feira foi publicada Portaria de nomeação de representação da CoPA na CPAf. Quando houve mudança da gestão da ProAP, não houve transição e algumas pendências, por exemplo, a publicação da decisão de representação da CoPA na CPAf que deveria ser feita pela outra gestão permaneceram. Do Núcleo de Acessibilidade, Lilian informa que hoje são três servidores: Maira na chefia; Andressa, pedagoga, servidora recém-empossada; e Felipe, assistente em administração. Há perspectiva de retorno da servidora Rosana, assistente social atuando na ProAP. Da Monitoria Inclusiva. Maira fala sobre a análise de renda. Pretende trazer Minuta do Auxílio Acessibilidade na próxima sessão da CoPA que tem previsão para 17 de agosto. Victoria perguntou sobre atraso no pagamento das bolsas da Monitoria Inclusiva. Maira esclareceu que houve um erro de um e-mail que não foi encaminhado, devido a isso e aos trâmites necessários para efetivar o pagamento, como empenho e solicitação ocorreram os atrasos nos pagamentos e houve paralisação dos monitores, mas a situação foi formalizada. Victoria informa que houve atraso de um dia pela ProAD, mas que atraso principal foi relativo a solicitação do empenho. Maira complementa que, por sua vez, empenho demorou devido à demora na prorrogação de termos de outorga, que decorreu da ausência da relação de termos de outorga. Claudia informa que são 3 intérpretes, dois concursados, um contratado. Uma das concursadas está em licença capacitação. Um estudante do BCT do matutino com matrícula ativa, ingressante de 2022. Tem dois, mas um trancou a matrícula neste quadrimestre, com previsão de voltar no próximo. Na pós tem duas estudantes. Sobre os processos seletivos informa que inicialmente foi aberto um, com três vagas, depois outro com quatro vagas, com nove inscrições deferidas. Ela informa que por ocasião da ida para o Fonaprace, estabeleceu diálogo com a Diretoria de Processos Seletivos (DIPS) e o setor que demonstrou preocupação por se tratar de demanda nacional, não exclusiva da UFABC, comenta que fez carta conjunta com outras instituições e protocolou junto ao MEC, além de ter enviado à Reitoria, que tem levado à Andifes. O Cargo de Nível D foi extinto com promessa de criação do Nível E, o que não foi criado. Pela legislação, intérprete de nível D não pode interpretar na Educação Superior. Os Intérpretes concursados da UFABC estão em cargo de nível D, mas possuem graduação. Contudo, não há ascensão de nível, somente IQ. Maira esclarece que contratos temporários tem vigência de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano e depois precisa ficar dois anos sem estabelecer contrato. Pretendem ter quadro estabilizado? No início do próximo quadrimestre? Claudia comenta que está respondendo demandas do MPF e envolvendo as outras

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP · CEP 09210-580

Bloco A · Torre 1 · Sala SS12 · Fone: (11) 3356.7573

corregedoria@ufabc.edu.br

áreas, por exemplo, adequações de espaço físico é competência da PU. Prof. Olavo pede para interrogar sobre elevador. Claudía o chama para ir com ela na reunião e divulgará quando reunião for agendada. Victoria comenta que contratação do fretado não considerou acessibilidade. Olavo concorda que fretado precisa ser acessível para cadeira de rodas e scooter. Lilian informa sobre Eleições para CoPA, e membros que precisam ser eleitos. Victoria pergunta sobre possibilidade de representante discente da graduação ser eleito em instância do DCE. Representante do DCE informa que levará questão à gestão da entidade. Victoria comenta que, independente se via gestão ou entidade, o essencial é a eleição ser acessível. Considera que SIG não é um sistema acessível. Olavo e Victoria escreverão problemas do SIG e trarão na próxima reunião da CoPA. Maira traz a Lei Nº 14.624/2023 - Cordel do Girassol. Victoria comentou que têm membros do Coletivo Primavera com expertise sobre o tema. (<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14624&ano=2023&ato=075MTR E50MZpWT489>). Olavo fala da Disciplina Desenho Universal. O Aero incluiu como disciplina obrigatória. Victoria comenta da possibilidade de ampliar essa disciplina às disciplinas pedagógicas. Olavo comenta que ao fazer atualização anual de dados do servidor no SouGov notou que não estava cadastrado como PcD. Ele contatou SuGePe que informou que é porque não ingressou via vaga reservada para PcD. Victoria coloca questionamento referente a condução das comissões pela gestão atual, pois antes sempre tinha reunião porque a própria pró-reitoria propunha pautas. Além disso, editais relativos a Acessibilidade pararam de ser discutidos na CoPA, somente na CPAf. Na Gestão anterior as sessões eram conjuntas. Além disso, o Núcleo de Acessibilidade foi recomposto e não tem esse histórico. Ela pede comprometimento da gestão com relação ao funcionamento efetivo da CoPA. Lilian explica que concorda e que, por isso, mesmo sem sugestão de pauta, convocou sessão da CoPA de informe. Para a Pauta para próxima Sessão da CoPA foi definido: Minuta do Auxílio Acessibilidades, Maira; Problemas SIG, Olavo e Victoria; Lei Nº 14.624/2023 - Cordel do Girassol, Coletivo Primavera.



(Claudia Regina Vieira)

Presidente

(Lilian Santos Leite Menezes)